

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – 02/12/05

No segundo dia do mês de dezembro de 2005, às nove horas, na sala de reunião do SESAU-TO, deu-se início a Reunião Ordinária da COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE, pelo Sr. Gismar Gomes – Presidente e demais membros: **SESAU:** Margarida Vicentini /Diretoria de Assistência à Saúde, Joselina F. de Azevedo Emmerich/Diretoria de Recursos Humanos, Ullannes Passos Rios/Diretoria de Vigilância Sanitária e Suplente Maria Luiza Salazar Freire/Diretoria de Assistência a Saúde; **COSEMS:** Áurea Maria Casagrande da Luz/SMS Araguaína, Furtunato Soares Barros/SMS Gurupi, Brasilson Silva SMS/Alvorada; **Suplente:** Cirilúcia Bezerra C. Vieira/SMS Palmas. O Senhor Presidente verificou o quorum e a paridade e deu início a reunião em terceira convocação com o seguinte: **ITEM 01 – Apreciação da pauta:** foi lida e apresentados os pedidos de inclusão e exclusões e inversão da Pauta, que foram aprovados por consenso, na sequência: **ITEM 02 - Informes; 2.1 – Data da próxima reunião Ordinária da CIB:** A Sra. Francisca informou que a data da próxima reunião da CIB acontecerá dia 02 de fevereiro de 2006. **ITEM 3–Adesão do Hospital Padre Luso Materno Infantil e Hospital Padre Luso Instituto do Câncer , e Hospital Dom Orione ao Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS** Sra. Maria Alice (presidente da Federação dos Hospitais Filantrópicos), representando os Hospitais Padre Luso Materno Infantil, Padre Luso Instituto do Câncer e Dom Orione informou que o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no Sistema Único de Saúde – SUS, conforme as portarias nº 1.721 de 21/09/05 e nº 635 de 10/11/05 é um Programa do MS que visa modificar as ações de Contratualização com as Entidades Filantrópicas, trabalhando a partir de agora não com serviços prestados, mas como a compra de um serviço completo, um pacote de serviços. Disse que a intenção no momento é aderir ao Programa de Contratualização. E assim foi aprovado por consenso. **ITEM 04 –Proposta de adesão HPP, Hospitais de Pequeno Porte:** A Sra. Maria Luiza informou que de acordo com a portaria que homologou os Hospitais do Tocantins, é permitido aos Gestores Estaduais em conformidades com as necessidades Locais, a abertura de novos Hospitais de Pequeno Porte. A Sra. Maria Luiza pediu a adesão, de Hospitais de Pequeno Porte em mais seis Municípios e ressaltando que isso não significa que estas unidades serão abertas de imediato, mas existe uma proposta de financiamento pelo Estado e que pretende-se pleitear uma abertura de financiamento junto a União para os seguintes municípios: Aurora (onde o serviço já encontra em funcionamento), Mateiros (esta em construção e se justifica pela dificuldade de acesso), Goianorte e São Sebastião (necessitam de reforma e ampliação). Palmeirópolis e Nazaré (são municípios de Gestão Plena do Sistema Municipal que estão solicitando a adesão à proposta). Estes Municípios estão incluídos nas portarias do Ministério da Saúde e após a adesão receberão incrementos financeiros da União pois são Hospitais credenciados no Sistema Único de Saúde – SUS como unidades hospitalares. Informa que o valor é de R\$ 2.000,00(dois mil reais) por leito, e que cada unidade possuirá dez leitos , com exceção de Palmeirópolis e Nazaré que está sendo discutido a questão da quantidade de leitos e o incremento de recurso que está sendo pleiteando e serão encaminhados para Brasília para que haja o aporte da União. E assim

foi aprovado por consenso. **ITEM 05 – Transferência de 06(seis) AIHs do Município de São Salvador, Locadas no Município de Peixe, para o Município de Paranã;** O Sr. Madson informou que por solicitação do Município de São Salvador, estamos solicitando a transferência de 06 AIHs do município de Peixe para Paranã. A justificativa seria a distância e que Paranã tem condições e equipe médica para atender a essa população. E assim foi aprovada por consenso. **ITEM 06 – Transferência do Local de Atendimento aos Pacientes do Município de Fortaleza do Tabocão, Atualmente Encaminhados para Araguaína, para Serem Encaminhados para Palmas;** O Sr. Madson informou que o Município de Fortaleza do Tabocão solicitou a transferência do teto de Alta Complexidade do Município de Araguaína para Palmas pois esta já atende ao município mais do que Araguaína e que a preferência é devido à distância. O Sr. Madson informou ainda conforme conversa com Aídeê, que os valores levantados são insuficientes diante do que está sendo atendido e propõe a mesa que haja um pré-acordo e que o Município de Fortaleza do Tabocão, o Município de Palmas e a Secretaria de Estado façam um levantamento do valor necessário e apresente-o na CIB e então se faça o pedido de transferência de local. Ficou então aprovado o estudo, e posteriormente ao estudo o assunto voltará a ser apreciado por esta Comissão. **ITEM 07 – Proposta de Teto Físico para os Novos Hospitais Estaduais;** O Sr. Madson apresentou a proposta é para os novos tetos para os Hospitais Dona Dorcelina, HDT, e Hospital Tia Dedé. Informou que o Hospital Dona Dorcelina atende basicamente a clínica médica e possui 66 leitos com uma média de internação de 3 dias e o teto físico corresponde a 396 AIHs e pela média dos outros hospitais semelhantes, encontrou-se um valor de R\$ 121.318,00 (cento e vinte e um mil, trezentos e dezoito reais), usando o mesmo parâmetro, o HDT possui um teto físico de 306 AIHs o que dá um valor de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais) e Hospital Tia Dedé, que é materno infantil e possui uma taxa de permanência menor, com 35 leitos, o teto é de 350 AIHs e R\$ 115.279,00 (cento e quinze mil, duzentos e setenta e nove reais). O Sr. Madson informou que esses estudos foram feitos em cima dos parâmetros da portaria nº 1101. E assim foi aprovado por consenso. **ITEM 8 – Aprovação de recursos do CONASS;** O Sr. Madson informou que na reunião de 20 de outubro do corrente ano, o Conass informou que existe um teto de 278 milhões de reais destinados à média e alta complexidade devido ao impacto de algumas tabelas de procedimentos, mas não especificaram quais seriam estes recursos então fizemos a distribuição para os Municípios que tem o maior número de procedimentos de média complexidade que são Augustinópolis, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas, Guaraí, Palmas, Porto Nacional, Gurupi e Dianópolis. Diante do estudo foi feita a divisão do valor de R\$ 1.136.379,70 (um milhão cento e trinta e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e setenta centavos)/ano que a parte que cabe ao Tocantins, e foi feita a distribuição per capita que deu o seguinte percentual: Augustinópolis 7%, Tocantinópolis 6%, Araguaína 18%, Colinas 8%, Guaraí 5%, Palmas 24%, Porto Nacional 8%, Gurupi 14%, Dianópolis 7%. O Sr. Milton pergunta como ficou o teto de Porto Nacional com esse impacto. O Sr. Madson diz que estará repassando esse valor posteriormente e informa que o teto do Hospital Tia Dedé por exemplo, depois desse impacto ficaria em R\$ 115.279,00 referente a 350 AIHs. E assim foi aprovado por consenso. **ITEM 09 – Transferência do Teto Físico do Laboratório São João Batista para o Hospital de Pequeno Porte em Alvorada – TO;** O Sr. Miguel, proprietário do Laboratório São João Batista informou que presta serviço para o SUS em Alvorada há aproximadamente 20 anos, que recentemente instalou-se um posto de coleta neste município alegando fazer atendimento pelo SUS e que corre rumores de que a Prefeitura iria retirar todas as suas quotas de serviço, o que se confirmou com esta

solicitação de transferência desta Cota para o Hospital de Pequeno Porte de Alvorada. Pelo Sr. Secretário, assim sendo manifestou sua discordância alegando que o Hospital não tem laboratório próprio e que o novo laboratório privado, ao que se sabe, não possui estrutura física no local, se limitando a ser um posto de Coleta e citou ainda a inviabilidade legal e jurídica pois a lei 8.080 define prioridades na prestação de Serviços Públicos e alega o direito adquirido, e por fim leu a carta encaminhada ao presidente do CIB de 21 de novembro de 2005. O Sr. Brasilon afirmou que o Laboratório São José Batista não supri todo o elenco de serviço, o que o obriga a contratar serviços fora, que o novo laboratório cumpri todos os requisitos legais para a prestação de serviços e que que se pretende com esta transferência de cotas é gerenciar o recurso, ter controle e não deixará de comprar serviço, continuará comprando tanto deste laboratório, como o novo, como de Gurupi e que abrirá um processo licitatório para aquisição destes serviços. O Sr. Miguel diz aprova a abertura de outro laboratório pois isto fortalece o município que se houver realmente um acordo com o município onde seu serviço também é comprado ele concorda, mas que a notícia que se teve foi que sua cota será retirada por inteiro e que seu Laboratório seria fechado. A transferência de teto do Laboratório para o Hospital Pequeno Porte de Alvorada a partir de janeiro de 2006, foi aprovada por consenso. **ITEM 10 – Inclusão de Equipes de Saúde Bucal e Saúde da Família**

Implantação do CEO tipo I em Paraíso e do Laboratório Regional de Prótese Dentária e Mudança no credenciamento do CEO tipo II para CEO tipo III

Araguaína: A Sra. Karina manifesta parecer favorável para a inclusão das seguintes Equipes de Saúde Bucal: 2º e 3º Equipe de Saúde Bucal/ESB, modalidade I no Município de Miracema, sendo a 3º equipe na zona rural; 3º e 4º Equipe de Saúde Bucal/ESB, modalidade I, no Município de Formoso do Araguaia; 2º Equipe de Saúde Bucal/ESB, modalidade I no Município de Itacajá sendo zona rural; 2º Equipe de Saúde Bucal/ESB, modalidade I no Município de Palmeiras sendo zona rural; 3º Equipe de Saúde Bucal/ESB, modalidade I no Município de Tocantinópolis; 2º Equipe de Saúde da Família/ESF no Município de Marianópolis e Conceição do Tocantins. A Sra. Karina solicita Implantação do CEO tipo I em Paraíso e do Laboratório Regional de Prótese Dentária que atenda sua microrregião segundo o PDR. Solicita também a mudança no Credenciamento do CEO tipo II para CEO tipo III em Araguaína. O Sr. Presidente parabeniza pelas solicitações de ESB e ESF dizendo que isso representa melhorias para a saúde da população e que é importante para o Estado atingir Teto máximo pois gera o ingresso de novos profissionais no Estado. Diz ainda que essas solicitações têm que ser automaticamente aprovadas. Foi aprovado por consenso. **ITEM 11 – Solicitação de**

Veículo Destinado às Ações de Vigilância em Saúde no Município de Jauri

Tocantins: O Sr. Luiz solicita a aquisição de um veículo tipo caminhonete para atuar nas ações de Vigilância em Saúde, pois o município está com dificuldades de realizar serviços necessários devido à impossibilidade de acesso principalmente do período chuvoso. Foi aprovado por consenso embora tenham questionado a origem do recurso. O Presidente disse que deveria ser visto a possibilidade dos deputados aprovarem o aumento de recursos para a saúde para o próximo ano; **ITEM 12 – Solicitação**

Unidades de Saúde que Façam a Informação da Contra-Referência: Depois de uma discussão entre os membros desta Comissão, O Sr. Madson sugeriu que a partir de Janeiro de 2006 todas as Unidades de Referência fizessem obrigatoriamente a Contra-Referência, e acrescentou que este seria o primeiro passo para efetivação de um plano visando a continuidade do tratamento e que, por sugestão da Sra. Áurea, a falta de informação da contra referência implicaria no bloqueio do recurso do profissional.

assim foi aprovado por consenso; **ITEM 13 – Implantação do Centro de Atenção Psicosocial (CAPS I) no Município de Tocantinópolis:** A Secretária Municipal de Saúde informou que o objetivo da Proposta é implantar o Centro de Atenção Psicosocial visando oferecer a população um serviço de referencia para tratamento de pessoas com transtornos mentais. Informou que Tocantinópolis tem uma particularidade muito forte com a relação depressão/suicídio e também que a Rede de Atenção Básica atende cerca de 188 pessoas com transtornos mentais. Cita que Tocantinópolis tem laboratório próprio, três Unidades Básicas de Saúde e três Consultórios Públicos. Para a proposta do CAPS o município conta com um Médico, um Enfermeiro, um psicólogo que já atende a área do PSF, um assistente administrativo e dois auxiliares de enfermagem. Após a aprovação terá um repasse da união de R\$ 20.000,00(vinte mil reais) e o município vai entrar com R\$40.000,00(quarenta mil reais). A implantação proporcionará uma atenção integrada a saúde das pessoas que sofrem com tais transtornos. Junto ao CAPS será construída hortas e uma farmácia alternativa. Na horta as pessoas que forem acompanhadas pelo programa terão um trabalho, visando a reinserção social. Foi aprovado por consenso.

ITEM 16 –Projetos Para Re-estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde de Porto Nacional: O Sr. Nilton falou primeiramente de outro Projeto a titulo de informação, o projeto de Aquisição de um veículo tipo van para transportar pacientes que realizam hemodiálise. E em seguida, falou do projeto de Reestruturação da Atenção Básica de Porto Nacional. Informou que é um Projeto muito amplo pois contempla R\$1.000.000,00(um milhão de reais) fruto de uma emenda parlamentar que já está aprovada e os recursos já estão disponíveis. A intenção é reformar e ampliar seis unidades de saúde da Família, na ordem de no mínimo cinco salas cada uma. Dentro dessa verba terá também a construção de uma unidade de Saúde no setor Umuarama. O recurso é também para aquisição de equipamentos, e especial a Unidade de Saúde da Família Luzimangues e Umuarama. Foram aprovados por consenso. Franqueada a palavra, **01-** A Sra. Margareth comunica que o primeiro paciente da Clínica Pró- RIM esta sendo transferido no mês de Dezembro para Joinvile para fazer o primeiro transplante renal. E informa que esse tipo de serviço vai ser estruturado em Palmas no Hospital Geral de Palmas junto a essa equipe de Joinvile; **02-** O sr. Furtunato fala da demora para o recebimento dos recursos do SAMU, PSF e Saúde do Escolar e o Sr. Presidente fala do Problema da documentação de processos dos municípios e solicita que a CIB faça essa solicitação a Secretaria da Fazenda para que essas certidões estejam disponíveis na internet para facilitar o acesso, acrescentou que o recurso esta na Fazenda e que precisa ser gasto rápido devido a questão orçamentária e solicita ajuda de todos. Fala de sua preocupação com a questão orçamentária para o ano de 2006. E que a ajuda financeira para o PSF foi uma conquista com o objetivo de investir no Programa de Saúde da Família mas que há uma preocupação para o próximo ano e que pretende conversar com os deputados visando aumentar a verba da saúde. Informou que o Plano de Cargos e Salários consumiu 85% do orçamento e que a idéia é readequar os funcionários e efetivar através do concurso os aprovados e classificados, trabalhando com a legalidade; **03-** A Sra. Áurea falou da polêmica que esta gerando a questão do numero do cartão SUS de pacientes que realizam pequenas cirurgias em Araguaína. E solicitou que não seja aceito o encaminhamento de pacientes que venham de seus municípios sem o número do seu cartão SUS e a Sra. Maria Luiza informou que isto é um direito do usuário e uma obrigação do SUS; e não havendo nada mais a tratar, declarou-se encerrada a reunião às Onze horas e dez minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e

190
191
192

aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes reunião.

Frederico, M. Alves
Isabelina F. de Aguiar Emmerich
Frederico